prietário do lote n.º 31, sito na Rua da Cavada, freguesia de Gondomar (São Cosme), a que respeita o processo camarário n.º 5032/89, pertencente a Carlos Alves Moura Fontes.

A alteração ao loteamento requerida por Américo José Silva Martins Sousa, consiste relativamente ao lote n.º 31 na introdução de cave, aumento da mancha de implantação, anexo e corpo de acesso à cobertura em terraço.

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias e iniciará-se 8 dias após a data desta publicação.

O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos, no Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares, sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 93, Gondomar e as sugestões ou reclamações dos interessados deverão ser apresentadas por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor e entregue pessoalmente ou remetido através do correio ao serviço acima mencionado.

Para constar e devidos efeitos se publica este aviso e outros que irão ser afixados nos lugares de estilo.

25 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Valentim Loureiro*.
3000219788

CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Edital

Imposto municipal sobre imóveis (IMI) — Taxas aplicáveis para cobrança no ano de 2007

Torna público que, por deliberação tomada pelo executivo na sua reunião de 4 de Setembro passado, sancionada em Assembleia Municipal de 21 de Setembro findo, foram fixadas as seguintes taxas sobre imóveis para cobrança no ano de 2007, nos termos do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI):

- Prédios rústicos — 0,8%;
- Prédios urbanos — 0,8%;
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI — 0,5%.

Mais foi deliberado e, nos termos do n.º 7 do artigo acima citado, majorar em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

Foi ainda deliberado nos termos do disposto no n.º 9 do mesmo artigo, majorar para o dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, nos termos legais, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a € 20 por cada prédio abrangido.

Para constar se publica este e outros de igual teor, que irão ser afixados nos lugares de estilo e publicados no *Diário da República*, 2.ª série e no jornal *Jornal O Ilhavense*.

23 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Agostinho Ribau Esteves*.
3000219811

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Aviso n.º 361/2006

Nomeação de técnico superior de 2.ª classe (arqueologia)

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 13 do corrente, foi nomeada definitivamente, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 407/91 e 218/98, de 17 de Outubro e 17 de Julho, respectivamente, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, sem prévio estágio, por ter sido dispensada, para um lugar vago de técnico superior de 2.ª classe (arqueologia) Maria Elena Morán Hernandez, candidata aprovada no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 211, de 3 de Novembro de 2005, devendo tomar posse do respectivo cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Monteiro Barroso*.
1000307872

Aviso n.º 369/2006

Celebração de contrato de avença com Ana Teresa Ribeiro Mendonça Vieira

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho, datado de 17 de Julho de 2006, foi celebrado, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e nos termos do n.º 3 da alínea a) do artigo 81.º do mesmo diploma, um contrato de prestação de serviços, em regime de avença, com a técnica Ana Teresa Ribeiro Mendonça Vieira, para prestar assessoria técnica, em matérias relacionadas com a arquitectura, urbanismo, ocupação da via pública e elaboração do relatório sobre o evento internacional «CINEPORT II», com início no dia 17 de Julho de 2006, por dois meses.

31 de Outubro de 2006. — Na ausência do Presidente da Câmara, a Vice-Presidente, *Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos*.
1000307871

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Aviso n.º 442/2006

Discussão pública

Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, torna público, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 684.º, n.º 1, alínea v), do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que na execução do que dispõe o n.º 2 do artigo 33.º, conjugado o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se procede à discussão pública da alteração da licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 32/74, passado em nome de Cércea — Sociedade de Investimentos Imobiliários, L.ª, respeitante ao terreno localizado na Rua de Berna, 175, na freguesia da Senhora da Hora, descrito na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos sob o n.º 2662, inscrito na matriz sob o artigo 2992.

Mais torna público que a referida alteração foi requerida por Hermano Manuel Pereira Padrão, para o lote n.º 113, e consta do seguinte — alteração do número de fogos de um para dois fogos.

Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, dentro do prazo de 15 dias após publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial (antiga 3.ª série).

23 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.
1000307828

CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de mecânico

1 — Nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 3 de Outubro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de mecânico, pertencente ao grupo de pessoal altamente qualificado, do quadro de pessoal do município de Mealhada.

2 — O concurso visa exclusivamente o provimento da vaga mencionada, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Ao presente concurso são aplicadas as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4 — O conteúdo funcional do lugar a prover é o constante do despacho n.º 4/88, publicado no *Diário da República*, de 6 de Abril de 1989.

5 — A remuneração a auferir é a correspondente ao escalão 1, índice 189, a que corresponde o vencimento mensal de € 608,43.

5.1 — As condições de trabalho e regalias sociais são as vigentes para os funcionários da administração local.

6 — Local de trabalho — área do município de Mealhada.

7 — São requisitos de admissão ao concurso os seguintes:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — os constantes do artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Mealhada, o qual pode ser remetido pelo correio sob registo e com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Mealhada, Largo do Município, 3054-001 Mealhada, ou entregue pessoalmente na Secção de Pessoal desta Câmara Municipal.

8.2 — Dos requerimentos de admissão, deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, estado civil, data de nascimento, número do bilhete de identidade, serviço de identificação que o emitiu e data da emissão), residência, código postal e telefone;

b) Identificação do concurso a que se candidata (com a indicação do número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso);

c) Habilitações literárias que possui e quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

8.3 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte;

b) Fotocópia do certificado de habilitações;

c) Documentos comprovativos da posse dos restantes requisitos gerais de admissão a concurso, referidos no n.º 7.1 deste aviso.

8.4 — É dispensada a apresentação da documentação mencionada na alínea d) do ponto anterior, desde que o candidato declare no seu requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

9 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

10 — Os métodos de selecção a utilizar, nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e do artigo 2, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro, são os seguintes:

a) Entrevista profissional de selecção;

b) Prova escrita teórica de conhecimentos;

c) Prova prática de conhecimentos.

10.1 — A prova escrita de conhecimentos terá a duração de duas horas e versará sobre as matérias a seguir indicadas:

Conhecimentos gerais:

Direitos e deveres do funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 167/2006, de 17 de Agosto;

Conhecimentos específicos:

Questões relacionadas com o lugar a prover.

10.1.1 — Os resultados obtidos na prova escrita teórica de conhecimentos serão classificados de 0 a 20 valores.

10.2 — A prova prática de conhecimentos será expressa na escala de 0 a 20 valores, visa avaliar a aptidão profissional dos candidatos, incidindo, sobretudo, na desmontagem/montagem de um componente mecânico de um veículo automóvel e terá a duração máxima de uma hora.

10.3 — A entrevista profissional de selecção destina-se a avaliar, numa relação inter pessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, para o exercício das funções em causa, sendo igualmente classificada na escala de 0 a 20 valores.

11 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em todos os métodos de selecção, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{EPS + (1,5 \times PET) + (2,5 \times PP)}{5}$$

em que:

CF = classificação final;

EPS = entrevista profissional de selecção;

PE = prova escrita teórica;

PP = prova prática.

12 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos previstos nos artigos 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove, activamente, uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência, em caso de igualdade de classificação.

14.1 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no respectivo requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, assim como indicar as respectivas capacidades de comunicação e expressão.

15 — Os critérios de apreciação a utilizar na aplicação dos métodos de selecção constam da acta do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

16 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — António Jorge Fernandes Franco, vereador em regime de permanência da Câmara Municipal de Mealhada;

Vogais efectivos:

António Antunes Gaspar Pita, chefe da Divisão de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Mealhada;

José Alberto Marques Tavares, engenheiro electrotécnico;

Vogais suplentes:

Idílio dos Santos Calisto, chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Mealhada;

Henrique Duarte Bastos, encarregado do pessoal semiqualificado.

17 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal.

31 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Alberto da Costa Cabral*. 1000307834

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que por despacho do presidente desta Câmara Municipal, datado de 4 de Outubro de 2006, foram celebrados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, contratos de tarefa com Anabela dos Santos Mendes Paias, Leopoldina Rosa de Matos, Maria Florinda Gonçalves Viegas Miranda, Paula Cristina Ferreira da Silva Oliveira e Sónia Isabel dos Santos Cardoso Macedo. Os contratos tiveram início nos dias 16, 17 e 25 de Outubro de 2006 e serão válidos por 10 meses. (Isentos de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Novembro de 2006. — Por subdelegação de competências (despacho n.º 3/DDAF/05), a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Rosaria Maria Soares Murça*. 1000307850

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE-MOR-O-NOVO

Aviso

Nomeação

Concurso interno de acesso limitado para provimento de uma vaga de técnico superior de 1.ª classe/economia

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 20 de Outubro de 2006, foi nomeado técnico superior de 1.ª classe/economia o candidato Aldemiro José Garcia Dionísio, na sequência do concurso acima referenciado, aberto por aviso afixado junto à